



## Proposta de fim do foro privilegiado é destaque na pauta

Antes de votar PEC em primeiro turno, Plenário do Senado precisa analisar a medida provisória sobre o Cartão Reforma, que tranca a pauta de votações



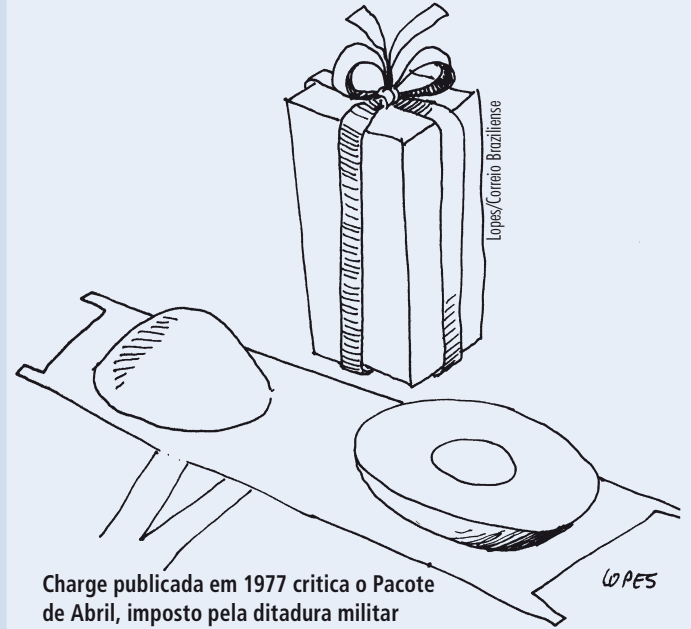
Jonas Pereira/Agência Senado — 21/3/2017

Eunício Oliveira discutirá amanhã com líderes partidários outros itens da pauta

**A**MP que criou o Cartão Reforma tranca a pauta do Plenário desta semana. O programa auxilia pessoas de baixa renda a comprar material de construção para melhorar sua moradia. Depois, o Senado poderá analisar a PEC que estabelece o fim do foro privilegiado. Antes de ser votada em primeiro turno, proposta tem de passar pela última sessão de discussão. A votação pode atrasar porque foram apresentadas muitas emendas. **3**

### ARQUIVO **S**

CONGRESSO REABRE 6ª FEIRA



Charge publicada em 1977 critica o Pacote de Abril, imposto pela ditadura militar

### Há 40 anos, Geisel fechava Congresso e baixava pacote

Em 1º de abril de 1977, valendo-se do AI-5, o presidente Ernesto Geisel fechou o Congresso Nacional e duas semanas depois anunciou um pacote de

medidas legislativas que ficou conhecido como Pacote de Abril. O principal objetivo era garantir à força a maioria governista no Senado. **4**

### Presidente do BC debate amanhã política monetária

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, participa de audiência pública amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele vai debater com os senadores as perspectivas da política monetária para este ano. Comandada por Tasso Jereissatti, a comissão tem como uma das atribuições promover debates regulares com o presidente do BC em fevereiro, abril, julho e outubro. **3**



Gerardo Magalhães/Agência Senado — 4/10/2016

Goldfajn ocupa a presidência do Banco Central desde junho do ano passado

### Comissão discute hoje abuso de autoridade

A Comissão de Constituição e Justiça faz hoje, às 14h, uma audiência pública para debater o projeto que trata do abuso de autoridade. Foram convidados para participar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. **3**

### Terceirização já é lei; Senado estuda texto alternativo

A lei que libera a terceirização em todas as atividades das empresas, mesmo na principal, foi sancionada na sexta-feira. O presidente Michel Temer vetou três trechos. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que colocará projeto de lei alternativo em votação. **3**



Reprodução/Arquivo Ferreira Tempo IG

José Ermírio de Moraes foi senador e ministro e criou o Grupo Votorantim

### Diploma José Ermírio destaca empresários

Está aberto o prazo para os senadores indicarem nomes ao Diploma José Ermírio de Moraes. O prêmio, instituído pelo Senado, reconhece a atuação de empresas e empresários de destaque. Neste ano, jovens empreendedores também serão premiados. **2**

### Cota em universidade pública é tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos promove audiência pública hoje, às 9h, para debater a política de cotas nas universidades. Entre os convidados, estão representantes do Ministério da Educação, do Ministério Público Federal, de universidades federais, da Educafro e do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. **3**



Pedro Franco/Agência Senado — 21/3/2017

A presidente da comissão, Regina Sousa, é autora do requerimento de audiência

**Centenário da IBM no Brasil terá sessão especial hoje **2****

**Colegiado pode votar mudanças em leis trabalhistas **3****

**Conselho analisa uso de fundos de telecomunicações **2****

**Collor será vice na Comissão de Inteligência **3****

**Novo prazo para repatriação é sancionado **2****

# Aberto prazo de indicações ao Diploma José Ermírio

Senadores já podem indicar nomes ao prêmio, que destaca empresas e empresários do país. Neste ano também serão agraciados jovens empreendedores e entidade que atue em prol do empreendedorismo

**ESTÁ ABERTO** O prazo para que senadores indiquem empresas ou empresários para o Diploma José Ermírio de Moraes. Neste ano a novidade é que, junto com o diploma, será entregue o Prêmio Jovem Empreendedor, a cinco jovens empreendedores entre 15 e 29 anos de idade, e uma entidade governamental ou não governamental, em âmbito nacional, que tenha se destacado pela promoção do empreendedorismo.

O prazo termina no dia 12.

As duas premiações serão entregues na mesma sessão especial, em maio, no Plenário do Senado.

## A premiação

O Diploma José Ermírio de Moraes, criado em 2009, premia anualmente empresas e empresários de destaque no setor industrial. O prêmio é entregue em sessão especial do Senado, durante a semana do Dia Nacional da Indústria (25 de maio).

A escolha dos três agraciados

é feita por um conselho composto por um representante de cada partido político com assento no Senado.

Já foram premiados nomes como Jorge Gerdau Johannpeter, Francisco Ivens de Sá Dias Branco e o ex-vice-presidente José Alencar.

Nascido no interior de Pernambuco em 1900, o engenheiro José Ermírio de Moraes foi senador e ministro da Agricultura no governo João Goulart e criador do Grupo Votorantim. Ele morreu em 1973.

## Uso de fundos de telecomunicações em debate hoje

O Conselho de Comunicação Social, órgão do Congresso, promoverá debate hoje sobre arrecadação e a utilização do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e de contribuições de fomento da radiodifusão pública e do audiovisual. A audiência começa às 9h.

Foram convidados para o debate o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carreiro, o superintendente-executivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel),



Miguel Ângelo Cançado preside o Conselho de Comunicação Social

Carlos Manuel Baigorri, o diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Manoel Rangel, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula

Vitali Janes Vescovi, o diretor de Administração da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Luiz Antônio Ferreira, e o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal Fernando Luiz Diniz Pereira.

O conselho fará outra reunião às 14h para analisar relatórios sobre publicidade e propaganda governamental, sobre restrições em publicidade e propaganda e sobre projetos de lei relacionados a publicidade e saúde.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

## Lei sobre segurança em casas noturnas e boates é sancionada

A Lei 13.425/2017, que normatiza a segurança e a prevenção contra incêndios em estabelecimentos de reunião de público, foi sancionada na quinta-feira.

O texto traz normas mais rígidas para proprietários, autoridades públicas e profissionais, visando evitar tragédias como a da boate Kiss, em Santa Maria (RS), que em 27 de janeiro de 2013 foi tomada por um incêndio que provocou a morte de 242 pessoas.

## SUS terá atendimento específico para vítimas de violência doméstica

O atendimento especializado para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual no Sistema Único de Saúde (SUS) agora está garantido pela Lei 13.427/2017, sancionada na quinta-feira. Ela prevê, entre outros direitos, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras. A lei tem origem em projeto da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, encerrada em 2013.

## Sancionada lei que reabre prazo para repatriação de recursos

Foi sancionada na quinta-feira a lei que reabre o prazo para repatriação e regularização de ativos não declarados mantidos no exterior (Lei 13.428/2017).

A lei resulta do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 405/2016. O prazo para a repatriação passou de 38 para 120 dias, contados a partir da data de regulamentação da matéria pela Receita Federal. A tributação será de 15% de IR e 20,25% de multa.

## Em sessão especial, Senado celebra hoje o centenário da IBM no Brasil

A Comissão Senado do Futuro promove no Plenário hoje, às 11h, sessão especial para comemorar os 100 anos de instalação da IBM no Brasil.

A filial brasileira foi a primei-

ra fora dos Estados Unidos. De acordo com Wellington Fagundes (PR-MT), presidente da comissão, a IBM "acompanhou e protagonizou todas as eras da tecnologia".

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

### CDH Cotas

9h Debate sobre cotas nas universidades.

### CCS Fundos de telecomunicações

9h O conselho faz audiência pública sobre recursos de fundos de telecomunicações.

### PLENÁRIO IBM

11h Sessão especial pelos 100 anos da IBM no Brasil. Às 14h, sessão não deliberativa.

### CCJ Abuso de autoridade

14h Audiência debate projeto sobre abuso de autoridade. Rodrigo Janot e Gilmar Mendes estão entre os convidados.

### CCAI Atividades de inteligência

17h Posse da presidente da comissão, deputada Bruna Furlan, e do vice, senador Fernando Collor.

TERÇA

### CI Diretor da ANTT

9h Sabatina de Marcelo Vinaud Prado para diretor da agência.

### CE Ministro da Cultura

9h Em audiência pública, o ministro Roberto Freire apresenta diretrizes da pasta.

### CMA Comissão de Meio Ambiente

9h30 Instalação da comissão e eleição de presidente e vice-presidente.

### CAE Presidente do Banco Central

10h O presidente do BC, Ilan Goldfajn, fala sobre perspectivas da política monetária.

### CCJ Abuso de autoridade

10h Nova audiência pública sobre abuso de autoridade.

### CTEC Instalação

11h30 Instalação da Comissão de Transparência e eleição de presidente e vice.

### MP 752/2016 Contratos de parceria

14h30 A comissão mista analisa relatório sobre a medida, que trata da prorrogação e da relicitação de contratos de parceria.

SEGUNDA

### MP 754/2016 Setor farmacêutico

14h30 A comissão da MP que regula o setor farmacêutico elege presidente.

### MP 757/2016 Suframa

14h30 Comissão sobre a MP que institui duas taxas para a Suframa faz audiência.

### MP 758/2016 Parque do Jamanxim

14h30 A comissão da MP que altera limites do parque nacional realiza debate.

QUARTA

### CDR Helder Barbalho

8h30 Ministro da Integração apresenta planos para os próximos dois anos.

### CCT Desenvolvimento científico

8h30 Abre a pauta o PLC 201/2015, sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

### CAS Trabalho intermitente

9h Na pauta de 11 itens, o PLS 218/2016, que institui o trabalho intermitente.

### CCJ Crime de estupro

10h A comissão pode votar a PEC 64/2016, que torna o crime de estupro imprescritível.

### CMMC Tratado sobre o clima

14h30 Audiência sobre a implementação do Acordo de Paris pós-Donald Trump.

### MP 756/2016 Parque do Rio Novo

14h30 Audiência sobre a MP que modifica os limites do parque nacional.

### MP 759/2016 Regularização fundiária

14h30 Debate a respeito da MP sobre regularização fundiária na Amazônia Legal.

### VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Eleição

14h30 Instalação e eleição da comissão.

### SESSÃO ESPECIAL Lançamento

9h Campanha da Fraternidade de 2017.

### MP 759/2016 Amazônia Legal

10h Comissão da MP sobre regularização fundiária na região faz audiência.

QUINTA

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira

**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima

**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza

**Primeiro-secretário:** José Pimentel

**Segundo-secretário:** Gladson Cameli

**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares

**Quarto-secretário:** Zeze Perrella

**Suplentes de secretário:**

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez

**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria

**Coordenador-geral:** Sílvio Bulte

**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes

**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima

**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário deve votar Cartão Reforma para liberar pauta

Após análise da medida provisória, a PEC que acaba com o foro privilegiado vai para a última sessão de discussão em 1º turno, ficando pronta para votação. Muitas emendas foram apresentadas à proposta

A PAUTA DO Plenário desta semana começa trancada pela medida provisória que criou o Programa Cartão Reforma, lida no Plenário na quinta. Segundo a relatora da MP 751/2016, Ana Amélia (PP-RS), o programa pode ajudar a reduzir o déficit habitacional, promovendo a saúde e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

O Cartão Reforma concede subvenção econômica para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, ampliação ou conclusão de moradias de pessoas de baixa renda.

O subsídio pode chegar a R\$ 9 mil para a aquisição de materiais de construção para famílias com renda mensal de até R\$ 2,8 mil. O programa prevê gasto acima de R\$ 1 bilhão para atender quase 100 mil famílias.

## Foro privilegiado

A proposta de emenda à Constituição que estabelece o fim do foro privilegiado (PEC 10/2013) vai cumprir a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno, ficando pronta para votação. Muitas emendas, no entanto, foram apresentadas



Parte da pauta do Senado deve ser definida em reunião de líderes amanhã

durante a última semana — o que pode atrasar a votação da proposta.

A PEC determina o fim do foro especial por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns. A proposta, de Alvaro Dias (PV-PR), também permite a prisão de membros do Congresso condenados em segundo grau nas infrações comuns.

Também consta da pauta substitutivo da Câmara (SCD 11/2015) ao projeto do Senado que estabelece a perda de bens e valores usados na prática de exploração sexual de crianças e adolescentes (PLS 38/2008).

Ainda constam da pauta as emendas dos deputados ao PLS 100/2010, que trata da regulamentação de ações de infiltração de agentes policiais na internet em operação para flagrar pedófilos. Outro projeto institui o Dia Nacional do Ikebana (PLC 55/2008) e deverá ser votado em segundo turno.

## Corrupção

Amanhã, às 11h, os líderes partidários reúnem-se com o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Um dos temas que deve ser tratado na reunião é a tramitação do projeto de lei de iniciativa popular que estabelece medidas contra a corrupção (PLC 80/2016).

## Colegiado discute política de cotas em universidade pública

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove audiência pública hoje, às 9h, para debater a política de cotas nas universidades.

A audiência atende requerimento de Regina Sousa (PT-PI), presidente do colegiado. Segundo a senadora, o debate permitirá aos senadores que compõem a CDH se informar sobre o tema e buscar soluções.

Estão convidados para o debate representantes do Ministério da Educação, do Ministério Público Federal, das Universidades Federais do Rio de Janeiro e de Pelotas (RS), do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial e da Educafro — Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, além de um dos idealizadores das bolsas via cartão para indígenas e quilombolas.

A audiência será na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Presidente do Banco Central apresentará política econômica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove amanhã audiência pública com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, para discutir as diretrizes e perspectivas da política monetária. A reunião tem início às 10h.

Pelo Regimento Interno do Senado, cabe à CAE promover audiências públicas regulares com o presidente do Banco Central sobre a implementação da política monetária, nas primeiras quinzenas de fevereiro, abril, julho e outubro, podendo haver alteração de datas decorrente de entendimentos.

Goldfajn ocupa o cargo desde junho de 2016, quando assumiu o Banco Central na equipe econômica do governo, à época interino, de Michel Temer. A CAE é presidida por Tasso Jereissati (PSDB-CE) e tem como vice-presidente Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Comissão de Inteligência empossa presidente e vice

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência empossa hoje, às 17h, a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) como presidente e o senador Fernando Collor (PTC-AL) como vice.

A comissão tem 12 titulares, sendo 6 senadores e 6 deputados, e fiscaliza as atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência e da Agência Brasileira

de Inteligência (Abin).

O objetivo é assegurar que tais atividades se realizem em conformidade com a Constituição e com as normas do ordenamento jurídico nacional.

Os líderes da Maioria e da Minoria na Câmara e no Senado, assim como os presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, são integrantes

da comissão. As lideranças da Maioria e da Minoria das duas Casas também indicam representantes, assim como as Comissões de Relações Exteriores de ambas as Casas.

Além de Bruna e Collor, integram a comissão os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Humberto Costa (PT-PE) e os deputados Arthur Lira (PP-AL) e José Guimarães (PT-CE).

## Abuso de autoridade é tema de audiências hoje e amanhã

A Comissão de Constituição e Justiça faz hoje e amanhã audiências para debater o projeto que trata do abuso de autoridade (PLS 280/2016).

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes são convidados do debate de hoje, às 14h. Também devem participar representantes da Associação Nacional dos Procuradores da República, entre outros. Para o debate de amanhã, às 10h, estão convidados

o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra, e outros.

De Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto define os crimes de abuso de autoridade. Os pedidos para as audiências foram apresentados por Raulo Rodrigues (Rede-AP), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lasier Martins (PSD-RS).

Veja na pág. 2 como acompanhar as audiências e participar delas

## Terceirização é sancionada, mas Casa vai avaliar texto alternativo

Com três vetos, o presidente Michel Temer sancionou na sexta a lei que libera a terceirização da mão de obra em todas as atividades das empresas. O texto amplia as possibilidades de contratação de serviço terceirizado, que poderá ser feita na área principal e nas áreas secundárias. O Senado tem em pauta um projeto que restringe essas possibilidades.

O principal trecho vetado permitia a extensão do prazo de 270 dias dos contratos temporários ou de experiência. Segundo o Planalto, isso abriria a possibilidade de

prorrogações indefinidas do contrato temporário.

A terceirização tem sido criticada por senadores, e sua sanção vai contra parte da bancada do PMDB na Casa.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, garantiu que será votado em breve um projeto que limita a terceirização às atividades secundárias (PLC 30/2015).

O relator, Paulo Paim (PT-RS), disse que seu parecer está pronto para ser votado. O texto será enviado às Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) e depois ao Plenário.

## Taxas da Zona Franca de Manaus serão debatidas em audiência

A comissão mista que analisa a MP sobre a questão tributária da Zona Franca de Manaus tem nova audiência pública amanhã. A MP 757/2016 cria duas taxas sobre a importação de mercadorias e sobre serviços.

As Taxas de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais (TCIF) e de Serviços (TS) estabelecidas pela medida seriam arrecadadas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A criação da TCIF e da TS foi necessária para substituir a Taxa de Serviços Adminis-

trativos (TSA), considerada inconstitucional pelo STF em 2016.



Vanessa Graziotin, relatora da MP que trata da Zona Franca de Manaus

## Propostas que alteram legislação trabalhista podem ir para a Câmara

Entre os textos que já poderão ser aprovados em definitivo pela Comissão de Assuntos Sociais, que se reúne na quarta-feira, estão possíveis modificações de leis trabalhistas.

O PLS 218/2016, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), inclui na CLT o contrato intermitente, em que o profissional recebe por hora trabalhada.

Na pauta, também está o PLS 411/2016, do ex-senador Deca, que permite que o trabalhador divida os períodos de férias em qualquer caso. A legislação atual determina que o empregado tire um só período de férias, depois de um ano de trabalho, exceto em casos excepcionais. A proposta permite a divisão das férias em até três períodos.

# Pacote de Abril adiou abertura política no país

Editado há 40 anos, Pacote de Abril foi um conjunto de medidas legislativas impostas pelo presidente Geisel com base no AI-5 para garantir a maioria do governo no Senado

Joseana Paganine

NO DIA 1º de abril de 1977, o Brasil acordou sem Congresso Nacional. O presidente da República, general Ernesto Geisel, tirou da gaveta o Ato Institucional 5 (AI-5), que não era usado desde 1969, para colocar o Parlamento em recesso. Duas semanas depois, Geisel anunciou um conjunto de medidas conhecido como Pacote de Abril, composto por uma emenda constitucional e seis decretos, e reabriu o Congresso. O pacote completará 40 anos no dia 14.

O objetivo principal do pacote era dar ao partido do governo, a Arena, o controle do Legislativo, com o aumento das bancadas do Norte e do Nordeste na Câmara dos Deputados e a eleição indireta de um terço dos senadores, a serem escolhidos por um colégio eleitoral constituído por deputados das assembleias legislativas e por delegados das câmaras municipais.

Quarto presidente militar dos cinco que o Brasil teve após 1964, Geisel havia assumido o governo em 1974 com a promessa de conduzir o país à redemocratização por meio de uma “abertura lenta, gradual e segura”. Mas o surpreendente resultado

positivo do partido da oposição, o MDB, nas eleições legislativas do mesmo ano colocou os militares em alerta.

A gota d’água foi a rejeição pelo Senado da proposta de reforma do Judiciário. A iniciativa encontrou resistência do MDB, e a Arena não tinha os dois terços de votos necessários para emendar a Constituição.

— Esse foi apenas o pretexto. O pacote foi uma reforma política para fornecer condições de sobrevivência ao regime militar, que se encontrava em processo de dissolução — explica o consultor legislativo e historiador Marcos Magalhães.

Ele ressalta que, ao assumir, Geisel encontrou um contexto desfavorável. Nas Forças Armadas, precisava conciliar grupos antagônicos, um deles favorável ao endurecimento do regime. Na economia, a situação também era delicada. O “milagre econômico”, no qual o governo Médici havia garantido sustentação, tinha se transformado em recessão, agravada pela crise internacional do petróleo.

Do ponto de vista político, os resultados das eleições de 1974 sinalizavam que Geisel teria dificuldades no Legislativo. Na Câmara, o MDB ficou



Cerimônia de posse do presidente Geisel em frente ao Congresso, em 1974: três anos depois, ele fecharia o Legislativo

com 44% das vagas. No Senado, com 16 das 22 cadeiras em disputa (um terço das vagas).

Para o professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB) David Fleischer, o principal efeito do Pacote de Abril foi evitar que o MDB fizesse maioria no Senado nas eleições seguintes. Na Câmara, o aumento do número de deputados não resultou em diferença significativa, apenas quatro vagas a mais para a Arena.

— Foi um passo atrás para a redemocratização do Brasil, mas, na visão de Geisel, necessário ao processo de entregar o país a civis nos quais os militares confiassem — avalia Fleischer.

As medidas do pacote começaram a cair em 1980, quando o Congresso aprovou emenda restabelecendo as eleições diretas para governador e acabando com a escolha indireta de senadores.

## Resistência

Marcos Magalhães lembra o papel que os senadores do MDB tiveram nos dias difíceis que se seguiram ao pacote, entre eles Franco Montoro, Itamar Franco, Marcos Freire e Paulo Brossard. O MDB montou estratégia para ocupar a tribuna do Plenário com discursos contra o regime.

O primeiro foi Montoro, líder do partido:

— O MDB protesta em nome da consciência nacional contra o grave retrocesso político representado pelas medidas tomadas pelo Executivo.

Coube ao jurista Paulo Brossard, conhecido por

sua oratória inflamada, fechar a série. Ele foi o autor do discurso contra a reforma do Judiciário o qual foi considerado o estopim para que o governo fechasse o Congresso. Em maio de 1977, Brossard chamou a atenção para a singularidade do regime no Brasil, que misturava instrumentos autoritários com o funcionamento parcial de instituições democráticas, modelo único entre as ditaduras latino-americanas:

— O regime que pretendiam instituir no nosso país, reunindo, a um tempo, a suposta legalidade e o puro arbítrio, a convivência de duas ordens, uma pretensamente constitucional, a outra declaradamente extralegal, tinha de dar no que deu, pela singela razão de que elas são incompatíveis, excluem-se reciprocamente, motivo pelo qual, em verdade, as duas ordens nem são duas, nem são ordens: a desordem é uma só.


## Mediação

Por discursos como esses, os senadores do MDB correram risco de cassação. Foi o que acabou acontecendo em junho de 1977 com o deputado federal Alencar Furtado.

Marcos Magalhães lembra a tarefa assumida por representantes da Arena de evitar mais perdas de mandato:

— Sabemos do papel de alguns mediadores, como o presidente do Senado, Petrônio Portella, homem forte do regime. O dispositivo de segurança do regime militar continuava efetivo. Geisel se propôs a desmontá-lo, mas

## O pacote

-  Eleições indiretas para governador (**governador biônico**)
-  Eleições indiretas para um senador por estado (**senador biônico**). Os outros dois senadores continuaram eleitos por voto popular
-  Redução do **quorum mínimo** para aprovar emenda constitucional de dois terços para maioria simples
-  Ampliação das **bancadas do Norte e Nordeste** na Câmara dos Deputados
-  Ampliação do **mandato do presidente**, a ser escolhido indiretamente em 1978, de cinco para seis anos
-  Criação do estado de **Mato Grosso do Sul**
-  Extensão às eleições estaduais e federais da **Lei Falcão**, que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, criada em 1976 só para as eleições municipais
-  Instituição de **sublegendas**, na eleição direta para senador, que permitiu aos partidos apresentar mais de um candidato. Os votos dados às sublegendas eram somados e a totalidade atribuída ao candidato mais votado

## Senadores e governadores eleitos por via indireta eram chamados “biônicos”

Senadores e governadores eleitos indiretamente ficaram conhecidos como “biônicos”. O termo era uma referência ao seriado de televisão *O Homem de Seis Milhões de Dólares*, que fazia muito sucesso na época. O personagem principal da produção norte-americana, exibida

então pela TV Bandeirantes, havia sido mutilado em um acidente e teve o corpo reconstituído por meio de implantes “biônicos”. Como não eram escolhidos por voto popular, governadores e senadores biônicos eram considerados um artifício para interferir nos rumos políticos do país.



Charge publicada em novembro de 1978: tema agradava a cartunistas



Franco Montoro, senador por São Paulo, era líder do MDB na Casa



Eleito pelo Rio Grande do Sul, Paulo Brossard era conhecido pela oratória

teve grande dificuldade.

A ex-secretária-geral da Mesa do Senado Sarah Abrahão escreveu no livro *Memórias do Senado* que o pacote poderia ter sido ainda mais duro não fosse a intervenção de Petrônio Portella. Segundo ela, a intenção dos militares era “acabar com o Congresso Nacional”.

Portella fazia parte do grupo que elaborou o pacote e ficou conhecido como Constituintes do Riacho Fundo, referência ao nome da granja onde morava o chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, em Brasília, e ao poder legislador concedido ao Executivo pelo AI-5.

 Vídeo sobre o Pacote de Abril: <http://bit.ly/videoPacoteAbril>

 Todas as reportagens do Arquivo S: <http://bit.ly/arquivoS>